

Entendendo as revoluções árabes: uma breve análise das crises do Norte da África e do Oriente Médio.

Jéssica Máximo

Introdução

Este artigo pretende fazer uma breve análise sobre os condicionantes internos das revoluções árabes de 2010 e 2011, examinando as características e peculiaridades dos regimes políticos e condições sócio-econômicas dos países árabes. Para tal, primeiramente, far-se-á uma caracterização geral das revoluções e dos regimes árabes. Posteriormente, serão analisadas as revoluções de Tunísia, Egito e Líbia, comparando-as com os acontecimentos recentes de outros países árabes, como o Yemen e a Síria. Nesse sentido, também será abordada a atuação do sistema internacional nestes conflitos.

O Mundo Árabe em Revolta

Os recentes eventos ocorridos nos países árabes do Norte da África e do Oriente Médio atraíram os olhos do mundo inteiro pela massiva participação das populações nos movimentos contra os regimes autoritários e incapazes de prover o bem-estar de seu povo que existiam (e ainda existem) na região. Não só a mídia internacional se viu intrigada pelos acontecimentos, quanto vários acadêmicos se voltaram para analisar as características e desdobramentos das inquietações do mundo árabe.

Todavia, as revoluções árabes, que começaram com a revolta da população da Tunísia, em Dezembro de 2010, e agora se encontram em vias de processo em vários outros Estados – Egito e Líbia –, não são um fenômeno novo. Anderson (2011) aponta que a insatisfação e a revolta da população árabe contra seus governos antiquados já datavam de 1919. Inspiradas no discurso dos 14 pontos do então presidente norte-americano Woodrow Wilson, o mundo árabe já protestava por seus direitos e por melhores condições de vida.

“In Tunisia, protesters escalated calls for the restoration of the country's suspended constitution. Meanwhile, Egyptians rose in revolt as strikes across the country brought daily life to a halt and toppled the government. In Libya, provincial leaders worked feverishly to strengthen their newly independent republic. It was 1919” (ANDERSON, 2011).

A imprensa e a mídia, costumeiramente, exaltam o papel que a internet e as mídias sociais tiveram como ferramentas impulsionadoras dos protestos. Todavia, assim como Lisa Anderson (2011) observa, estas revoltas não foram causadas pelo papel exclusivo e inovador da internet e das mídias sociais atuais como difusores globais de informações e expectativas. As novas tecnologias, antes de causarem a revolução, serviram como uma nova ferramenta de

informação, debate e organização¹. Para a autora, “*the Egyptian Facebook campaigners are the modern incarnation of Arab nationalist networks whose broadsheets disseminated strategies for civil disobedience throughout the region in the years after World War I*” (ANDERSON, 2011). Ou seja, os protestos foram impulsionados por características econômicas, políticas e sociais de cada país e o uso da internet e das novas mídias sociais serviu como um *locus* para debate, um veículo de informações e uma ferramenta de organização para os protestantes.

Os eventos também levaram muitos analistas a comparar as revoluções árabes com a Primavera de Praga, denominando os recentes acontecimentos de Primavera Árabe. Todavia, as características de ambos os eventos são claramente distintas. Assim como Paulo Antônio Pereira Pinto (2011) e Jack Goldstone (2011) argumentam, os protestos árabes lutam contra um tipo diverso de governo, diferentemente das revoluções de 1848, que procuravam derrubar as monarquias tradicionais europeias, e da onda de protestos que surgiu na Europa Central e Oriental, em 1989, que buscava libertar-se de regimes socialistas, os quais eram mantidos pela União Soviética.

Para Goldstone (2011), as revoluções árabes estão protestando contra um tipo específico de regime, a saber: os sultanísticos.

“Such governments arise when a national leader expands his personal power at the expense of formal institutions. Sultanistic dictators appeal to no ideology and have no purpose other than maintaining their personal authority. They may preserve some of the formal aspects of democracy -- elections, political parties, a national assembly, or a constitution -- but they rule above them by installing compliant supporters in key positions and sometimes by declaring states of emergency, which they justify by appealing to fears of external (or internal) enemies” (GOLDSTONE, 2011).

Goldstone (2011) ressalta que, para manter um regime destes, os sultões procuram dominar o aparato militar de seu Estado, assim como promover o desenvolvimento econômico (com grande concentração e desigualdade de renda em favor de seus aliados) e manter sua população despolarizada e desorganizada. Estas características, assim como veremos mais detalhadamente na segunda seção deste estudo, são encontradas, de fato, nos governos árabes do Oriente Médio e Norte da África.

Em uma perspectiva histórica, James Le Sueur (2011) aponta que os governos árabes são modelos anacrônicos de governança, os quais tiveram suas raízes nos processos de descolonização dos Estados árabes. Para o autor, ao manterem-se presos ao seu passado

¹ Outras ferramentas de comunicação teriam sido previamente usadas como difusores de informações e expectativas. Anderson (2011) aponta que o telégrafo teria sido usado com estes mesmos objetivos nos levantes de 1919.

colonial, estes regimes argumentam que seus poderes incontestáveis protegem seu povo contra os perigos de uma nova colonização. *“They suffer from what can be called postcolonial time disorder, or PTD, meaning that they still subscribe to an out-of-date philosophy of governance, according to which authoritarianism is the only cure for external or internal political challenges”* (LE SUEUR, 2011). Dessa forma, pode-se entender que estes regimes se legitimaram pela conquista da liberdade quanto às antigas metrópoles e continuaram a manter este discurso em busca de legitimação *a posteriori*, sem perceber, ou negligenciando, que tanto o sistema internacional quanto as condições internas de seus países haviam mudado.

Goldstone (2011) nota que estes regimes são vulneráveis na medida em que sua manutenção torna-se cada vez mais difícil com o passar do tempo. Isso se daria pela necessidade do governante de um regime sultanístico manter um equilíbrio entre o seu enriquecimento próprio e o das elites - sua base de sustentação no poder. *“But as sultans come to feel more entrenched and indispensable, their corruption frequently becomes more brazen and concentrated among a small inner circle”* (GOLDSTONE, 2011). Assim, a grande concentração de renda e enriquecimento de um pequeno grupo torna a população e os militares – elementos importantes para a manutenção do governante no poder – insatisfeitos com suas condições econômicas e sociais deteriorantes (no caso dos militares, a posição em relação ao governo e influência política também devem ser levadas em conta), o que forçaria o governante a procurar maneiras de agradá-los para que estes continuem o apoiando.

Segundo Goldstone (2011), as condições necessárias para a queda do regime sultanístico são várias e devem ser encontradas em conjunto para que uma revolução aconteça.

“The government must appear so irremediably unjust or inept that it is widely viewed as a threat to the country's future; elites (especially in the military) must be alienated from the state and no longer willing to defend it; a broad-based section of the population, spanning ethnic and religious groups and socioeconomic classes, must mobilize; and international powers must either refuse to step in to defend the government or constrain it from using maximum force to defend itself” (GOLDSTONE, 2011).

O que muito intrigou a mídia e os acadêmicos é que, para alguns, a formação destas condições no mundo árabe passou despercebida e, para outros, estas condições ainda não se encontravam maduras (ou decadentes) o suficiente para causar um levante. O artigo de Mariz Tadros (2011) representa bem essa perplexidade ao se perguntar porque ninguém conseguiu ver a chegada das revoluções². A autora aponta vários fatores que impediram uma análise mais precisa dos governos árabes, como o foco em instituições formais e organizadas de

² Ver também Pinto (2011a; 2011b).

contestação governamental (como partidos políticos e agências de direitos humanos), no impacto das ações governamentais de segurança e policiamento também em instituições formais (a mídia em geral), nas análises econômicas superficiais (que apontavam o crescimento econômico, mas não a distribuição de renda), negligenciando a opinião da população em relação a seu regime e suas condições de vida.

Assim, faltou à comunidade internacional – mídia, acadêmicos e governos – observar que mesmo que os países do mundo árabe apresentem, atualmente, altas taxas de crescimento econômico e aumento da educação da população, há grande concentração de renda, disparidade entre ricos e pobres, altas taxas de desemprego, baixos salários, opressão política e serviços de segurança (como a polícia) opressores e abusivos. Condições estas que assolam grande parte da população árabe, as quais possibilitaram a insurgência dos protestos populares.

Lembrando o discurso do Primeiro Ministro Britânico Harold Macmillan de 1960, sobre a descolonização da África do Sul e dos países africanos, Le Sueur (2011) indica que,

“today, the Middle East might be experiencing another "wind of change" moment, with the people rejecting regimes that are out of sync with time, fueled by corruption, reliant on brutal police regimes to suppress dissent, and determined to stay in power at all costs” (LE SUEUR, 2011).

Contudo, os países árabes detêm especificidades únicas que diferenciam demasiadamente tanto o estopim das revoltas quanto suas dinâmicas e desdobramentos. Ao estudar o cenário de Tunísia, Egito e Líbia, Anderson (2011) reitera que,

“although they shared a common call for personal dignity and responsive government, the revolutions across these three countries reflected divergent economic grievances and social dynamics -- legacies of their diverse encounters with modern Europe and decades under unique regimes” (ANDERSON, 2011).

A análise deste estudo também seguirá neste rumo, delineando as peculiaridades históricas – sociais, econômicas e políticas – de vários Estados árabes que agora encontram seus regimes sendo contestados tanto por sua população quanto pela opinião pública internacional.

As Características dos Levantes Árabes em seus Contextos Nacionais

Para Anderson (2011) e Goldstone (2011), cada contexto nacional teve suas peculiaridades devido a construção histórica dos regimes árabes. Dessa forma, as revoluções se manifestaram diferentemente em cada Estado, e também a maneira com a qual estas foram lidadas pelos governos árabes foi diferenciada. Segundo Anderson (2011),

“The demonstrations in Tunisia spiraled toward the capital from the neglected rural areas, finding common cause with a once powerful but much repressed labor movement. In Egypt, by contrast, urbane and cosmopolitan young people in the

major cities organized the uprisings. Meanwhile, in Libya, ragtag bands of armed rebels in the eastern provinces ignited the protests, revealing the tribal and regional cleavages that have beset the country for decades” (ANDERSON, 2011).

De acordo com Anderson (2011), o regime de Ben Ali na Tunísia, possuía grande concentração de renda entre uma elite pessoalmente ligada ao governante e sua família³. E mesmo que tentasse passar a imagem de um país em desenvolvimento – com o melhor sistema educacional do mundo árabe, com a mais vasta classe média da região e com um movimento trabalhista bem organizado – por detrás desta fachada montada para turistas e investidores internacionais, o país possui estradas empoeiradas e vazias, com perspectivas miseráveis. Ademais, a população, excluída da riqueza da nação, era também severamente reprimida contra a livre expressão. Os militares, contudo, não representavam uma parte expressante do regime político da Tunísia. A autora argumenta que o exército não era experiente e sempre esteve nas sombras das forças de segurança domésticas do país, que estavam sob o comando de Ben Ali.

A revolta da Tunísia demonstrou bem as características deste regime. A revolta teria começado em 17 de Dezembro de 2010, quando um jovem tunisiano desempregado imolou-se em resposta ao confisco do carrinho em que vendia frutas e legumes pela polícia local⁴. Outros tunisianos, inspirados pelo ato de Mohamed Bouazizi e pelas pobres condições da população de seu país, se revoltaram contra o governo. No dia 14 de Janeiro, Ben Ali foge para a Arábia Saudita e o Primeiro Ministro Mohamed Ghannouchi assume como Presidente Interino, acabando com os 23 anos de governo de Ben Ali na Tunísia. Os protestos ainda continuam devido à proximidade de Ghannouchi com o antigo governo e ao passo lento das reformas. Assim, Ghannouchi renuncia de seu cargo em 27 de Fevereiro e é substituído pelo então Ministro do Governo Beji Caid-Essebsi⁵.

Para Anderson (2011), o poder do movimento trabalhista pôde ser visto nas diversas greves ocorridas antes da saída de Ben Ali do poder e entre a troca de governos sucessores. Não obstante, a revolta teria ressaltado a grande diferença geracional da oposição tunisiana.

³ Segundo a autora, esta rede pessoal era conhecida no país como “*The Family*”.

⁴ A atividade era considerada ilícita devido ao local em que o tunisiano vendia seus produtos. Todavia, em Dezembro, quando o fato ocorreu, dizia-se que além do confisco de seu carrinho, o jovem teria sido desrespeitado e abusado fisicamente pela polícia local. Segundo o jornal *The Guardian*, a policial acusada de bater em Mohamed foi inocentada das acusações e liberada após 111 dias presa. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/world/2011/apr/23/fedia-hamdi-slap-revolution-tunisia> Acesso em: 13 Jun. 2011.

⁵ O website do jornal britânico *The Guardian* possui uma página interativa com o *timeline* das revoltas e notícias relacionadas a cada evento reportado. Esta página está disponível em: <http://www.guardian.co.uk/world/interactive/2011/mar/22/middle-east-protest-interactive-timeline>

Os opositores de 1980 e suas demandas se demonstram divergentes da nova geração, bem educada e desempregada. Segundo a autora,

“[t]he quick-fire demonstrations filled with angry youth made the generation of regime dissidents from the 1980s, primarily union activists and Islamist militants then led by Rachid al-Ghannouchi, appear elderly and outmoded. [...] Tunisians may once again prove receptive to Ghannouchi's brand of political Islam, but only if his Islamists can capture the imagination of Tunisia's young people, who are principally concerned with receiving what they see as their fair share of the country's wealth and employment opportunities” (ANDERSON, 2011).

Assim, se pode entender que os protestos tunisianos foram iniciados em revolta contra a pobreza, a falta de oportunidades de emprego e a opressão do governo – através dos aparatos político, legal e de segurança –, mas conseguiram unir seus desejos com demandas antigas de opositores do governo de Ben Ali e do movimento trabalhista, o que possibilitou um movimento expressivo nacionalmente. Todavia, o novo governo deve conseguir responder as diferentes demandas dos vários setores de sua população para que consiga garantir a estabilidade do país e manter-se no poder. O papel do exército da Tunísia não foi decisivo para a transição, mas ao não impor barreiras para os protestos e não se aliar ao governante, possibilitou uma mudança de regime pacífica.

Inspirada pelo movimento tunisiano, a população egípcia começou seus protestos em Janeiro deste ano. Foram reportados casos de imolação pelo país e também em outras regiões do mundo árabe. A população iniciou a coordenação de sua mobilização contra o governo de Hosni Mubarak no dia 25 de Janeiro. Os protestos egípcios foram respondidos duramente pelo governo e a comunicação dentro do país foi cortada devido ao uso da internet e das mídias sociais na organização dos protestos. Em apenas 4 dias, 100 pessoas já haviam sido mortas.

Um dos opositores de maior peso, Mohamed ElBaradei – ex-diretor da AIEA -, retornou ao Egito para se juntar aos protestantes no dia 30 de Janeiro. ElBaradei criticou fortemente a posição norte-americana, que manteve-se ao lado de Mubarak, um de seus maiores aliados na região. De acordo com Cláudio César Dutra de Souza e Sílvia Feraboli (2011), o apoio norte-americano ao governo de Mubarak se dava “porque além de ser a maior e mais desenvolvida das nações árabes é o único país da região com poder suficiente para desafiar Israel” e essa aliança era mantida através de uma “a bagatela de US\$ 1,5 bilhão anuais em ajuda externa”. Todavia, esta aliança viu-se ameaçada com a dura repressão egípcia aos protestos, deixando os EUA em uma posição um tanto quanto “desconfortável” internacionalmente ao expor sua ajuda às democracias de fachada da região. Esta situação fez com que os EUA mudassem seu discurso durante os protestos egípcios e passassem a pedir que Mubarak deixasse seu cargo.

No dia seguinte à volta de ElBaradei, o exército, que até o momento havia acatado as ordens governamentais, declarou que não se posicionaria contra o povo egípcio em sua luta por reformas democráticas e econômicas no país. Os protestos continuaram mesmo com manobras governamentais para acalmar a população. Mubarak anunciou que se retiraria do poder no dia 11 de Fevereiro, deixando as forças armadas na direção da nação – as quais decidiram governar com lei marcial até as próximas eleições, Os protestantes continuaram pedindo por reformas mais rápidas, a destituição dos militares no governo e pelo julgamento de Mubarak, que aguarda no hospital por sua sentença.

De acordo com Anderson (2011), mesmo possuindo características similares no que se relaciona às pobres condições de vida de grande parte da população e a concentração de renda de uma pequena elite ligada a família do governante⁶, o regime egípcio diferenciava-se do tunisiano por haver maior liberdade de expressão no Egito – o que garantiu a possibilidade de organização de grandes manifestações populares através da internet e das mídias sociais – e pelo exército ter um papel mais influente nas decisões políticas do país.

O papel do exército foi crucial nesta transição e continuará sendo importante para o futuro político do Egito. Assim como a posição das forças militares em todos estes levantes é de extrema importância para se analisar estas transições. Diferentemente do que ocorreu na Tunísia, o exército Egípcio, que havia se colocado ao lado de Mubarak no início dos protestos, decidiu não mais intervir nas insurgências populares, mas tomou as rédeas da situação quando da retirada do governante do poder. Nos casos Tunisiano e Egípcio, os governantes falharam em manter os militares em seu apoio ao excluí-los da distribuição de poder e riqueza de suas nações. Como reforça Goldman (2011), os ressentimentos dos militares fizeram com que eles se tornassem menos propícios a ir contra os protestos populares.

Destarte, os protestos líbios tomaram proporções bem diferentes dos casos previamente vistos. Segundo Anderson (2011), Muammar al-Qaddafi⁷, mantinha o país em uma “revolução permanente”, com grande parte da população na pobreza, dividida em vários clãs e tribos. Segundo a autora,

“Tripoli collapsed into a protracted civil war. Its sustained fighting resulted from Libyan leader Muammar al-Qaddafi's four-decade-long effort to consolidate his power and rule by patronage to kin and clan. Years of artificially induced scarcity in everything from simple consumer goods to basic medical care generated widespread

⁶ Segundo Goldstone (2011), “Mubarak and his family reportedly built up a fortune of between \$40 billion and \$70 billion, and 39 officials and businessmen close to Mubarak's son Gamal are alleged to have made fortunes averaging more than \$1 billion each” (GOLDSTONE, 2011).

⁷ Também escrito como: Mouammar al-Kadhafi.

corruption. And the capricious cruelty of Qaddafi's regime produced widespread and deep-seated suspicion. Libyans' trust in their government, and in one another, eroded, and they took refuge in the solace of tribe and family. Libyan society has been fractured, and every national institution, including the military, is divided by the cleavages of kinship and region. As opposed to Tunisia and Egypt, Libya has no system of political alliances, network of economic associations, or national organizations of any kind. Thus, what seemed to begin as nonviolent protests similar to those staged in Tunisia and Egypt soon became an all-out secession -- or multiple separate secessions -- from a failed state” (ANDERSON, 2011).

Compreende-se, então, que a sociedade líbia já não possuía as instituições políticas, econômicas e sociais básicas de um Estado, ficando à mercê de um governo completamente ineficiente em prover as necessidades mais basilares de sua nação.

Os protestos líbios começaram no dia 16 de Fevereiro deste ano, aos quais se juntaram as forças rebeldes contra o governo do país. Como ressalta Goldstone (2011), os militares líbios também possuíam ressentimentos contra o governo de Qaddafi, o que permitiu a sua rápida perda de territórios para os rebeldes. Todavia, o autor aponta que o uso de mercenários e a exploração de lealdades tribais previne a queda de Qaddafi do poder. Dessa forma, os protestos líbios foram respondidos com violência pelas forças leais ao governo, sejam estas facções militares ou mercenários.

A comunidade internacional, já alerta com os protestos ocorridos em outros Estados árabes e tendo em vista o governo personalístico e extravagante de Qaddafi, que usava de ataques militares contra a população, urgiu pela cessão do uso da força do governo. Em 18 de Março, votou-se a resolução do Conselho de Segurança da ONU autorizando a tomada de todas as medidas necessárias para a proteção da população líbia - os ataques da coalizão (formada por forças de França, Inglaterra e USA) começaram já no dia 19 de Fevereiro. Contudo, no dia 23 de Março, os aliados decidiram que as forças da OTAN teriam a liderança da operação e assegurariam a “no-fly zone” no território líbio.

Vários membros do governo fugiram durante o conflito, que já havia se tornado uma guerra civil com intervenção da sociedade internacional. Resumindo os cenários aqui descritos, Anderson (2011) considera que ainda há muito o que se caminhar para a resolução das demandas do mundo árabe em cada contexto nacional.

“As a result, Tunisia, Egypt, and Libya face vastly different challenges moving forward. Tunisians will need to grapple with the class divisions manifesting themselves in the country's continuing political unrest. Egyptians must redesign their institutions of government. And Libyans will need to recover from a bloody civil war” (ANDERSON, 2011).

Assim, é importante ressaltar que cada país terá de enfrentar suas respectivas particularidades para conseguir garantir um governo eficiente que responda as demandas de

sua população, seja através das instituições políticas do país (Tunísia), dos militares (Egito), ou da coalizão entre a oposição doméstica e a comunidade internacional (Líbia).

Goldstone (2011) ressalta que os outros regimes sultanísticos da região também possuem peculiaridades. O Iemen estaria ainda sendo apoiado pelos EUA por manter-se na luta contra os terroristas islâmicos e seu governante ganha tempo com as divisões regionais e tribais de seus opositores. Todavia, recentemente os protestos têm escalado e a União Europeia já se pronunciou pedindo a retirada do presidente do poder. Já nos outros dois países, o autor ressalta que não houve protestos tão grandes, mas que a concentração de poder e riqueza já se tornou mais do que visível em ambos os países. A Síria, por outro lado, teria tido apoio de sua população por suas políticas linha dura contra Israel e Líbano e seus programas para garantir ofertas de emprego no país. Assim, cada contexto nacional apresenta novas características que devem ser levadas em conta durante a análise dos protestos do mundo árabe, estabelecendo as condições de vida da população, as entidades pró e contra o governo, o papel do exército no país e as relações do Estado com a comunidade internacional.

Os regimes monárquicos também apresentam outras facetas da realidade árabe. Ainda de acordo com Goldstone (2011) - característica também ressaltada por Pinto (2011),

“[t]he region's monarchies are more likely to retain power. This is not because they face no calls for change. In fact, Morocco, Jordan, Oman, and the Persian Gulf kingdoms face the same demographic, educational, and economic challenges that the sultanistic regimes do, and they must reform to meet them. But the monarchies have one big advantage: their political structures are flexible. Modern monarchies can retain considerable executive power while ceding legislative power to elected parliaments” (Goldstone, 2011).

Dessa forma, mesmo que os países monárquicos também enfrentem protestos de suas populações, eles possuem maior legitimidade e também maior espaço de manobras políticas e institucionais para continuarem no poder.

Para Goldstone (2011), outro ponto relevante dentro deste contexto seria o medo de alguns países Ocidentais de que haja a insurgência de governos extremistas na região.

“Yet the historical record of revolutions in sultanistic regimes should somewhat alleviate such concerns. Not a single sultan overthrown in the last 30 years [...] has been succeeded by an ideologically driven or radical government. Rather, in every case, the end product has been a flawed democracy -- often corrupt and prone to authoritarian tendencies, but not aggressive or extremist” (GOLDSTONE, 2011).

Assim, fica a esperança para que as instituições dos novos governos do mundo árabe sejam vigorosas o suficiente para que evitem a ascensão de novos governos autoritários e corruptos na região, e que estes novos governos possam, enfim, promover o desenvolvimento e estar em sincronia com as aspirações de suas nações.

Considerações Finais

Através da análise das revoltas árabes, pode-se entender que cada país, apesar de apresentar características similares, no que concerne ao seu tipo de governo e condição de vida da população, possui peculiaridades na distribuição de poder e riqueza interna, na influência do exército nas relações políticas da nação, assim como nas suas relações com a comunidade internacional. Estas peculiaridades moldaram o caráter e os desdobramentos de cada revolta, fazendo com que cada um tivesse problemas específicos a serem resolvidos e maneiras distintas de como solucioná-los. O que fica evidente é o papel do descontentamento popular na mobilização contra o governo e também a influência da anuência dos militares para que os protestos tornem-se, de fato, uma revolução.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Lisa. Demystifying the Arab Spring: Parsing the Differences Between Tunisia, Egypt, and Libya. *Foreign Affairs*. May/June, 2011.

GOLDSTONE, Jack A. Understanding the Revolutions of 2011: Weakness and Resilience in Middle Eastern Autocracies. *Foreign Affairs*. May/June, 2011.

LE SUEUR, James. D. Postcolonial Time Disorder: Egypt and the Middle East Stuck in the Past. *Foreign Affairs*. 14 Fev. 2011. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/67432/james-d-le-sueur/postcolonial-time-disorder?page=show> Acesso em: 08 Jun. 2011.

PINTO, Paulo Antônio Pereira (a). O Arco de Instabilidade no Oriente Médio e África do Norte: Visão do Cáucaso. *Mundorama*. 17 Maio 2011. Disponível em: <http://mundorama.net/2011/05/17/o-arco-de-instabilidade-no-orient-medio-e-afrika-do-norte-visao-do-caucasopor-paulo-antonio-pereira-pinto/> Acesso em: 07 Jun. 2011.

PINTO, Paulo Antônio Pereira (b). Cáucaso: “Frozen Conflicts” e “Mentes Congeladas” – o aquecimento do Mundo Árabe. *Mundorama*. 05 Jun. 2011. Disponível em: <http://mundorama.net/2011/06/05/caucasoe-mentes-congeladas-o-aquecimento-do-mundo-arabe-por-paulo-antonio-pereira-pinto/> Acesso em: 07 Jun. 2011.

SOUZA, Cláudio César Dutra. FERABOLLI, Sílvia. Para além do fundamentalismo: o Egito pós-Mubarak. *Mundorama*. 03 Fev. 2011. Disponível em: <http://mundorama.net/2011/02/03/para-alem-do-fundamentalismo-o-egito-pos-mubarak-por-claudio-cesar-dutra-de-souza-silvia-ferabolli/> Acesso em: 20 Jun. 2011.

TADROS, Mariz. Arab uprisings: why no one saw them coming. *The Guardian*. 5 Fev. 2011. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2011/feb/05/arab-uprisings-egypt-tunisia-yemen> Acesso em: 20 Jun. 2011.